

Ceb´S: um novo sujeito na vida da igreja

Paulo Célio Soares

Mestre em História Social-USS - Centro Universitário Geraldo Di Biasi

paulocelio@hotmail.com

Resumo

As CebS (Comunidades Eclesiais de Base) representam um importante momento na vida da Igreja. Essas comunidades organizadas a partir dos anos sessenta, expressam uma “nova maneira de ser Igreja”, representando na prática uma tentativa de descentralização e democracia na arcaica estrutura dessa Instituição. A partir de sua organização em pequenos grupos comunitários, as CebS articularam com eficiência a relação Fé e Política, constituindo-se num importante movimento organizativo e reivindicatório das classes populares, com papel destacado nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, no contexto da Ditadura Militar.

Palavras chaves: Igreja Católica, CebS, movimento popular.

Abstract

The CebS represents to the Catholic Church an important contribution. These communities started from 60´s and express a ´new way of being catholic´, representing with actions a new trying to decentralize the old structure of that institution. From its organization in small groups, the CebS articulated efficiently the relationship between faith and policy and helped to take place an importation popular movement of organization and claim with remarkable influence on the fights for the democratization of the Brazilian society against the despotism of the military force.

Keywords: Catholic Church, CebS, popular movement

Introdução

Em várias partes do país florescem experiências comunitárias de vida na Igreja. As comunidades eclesiais de base (CebS), organizadas desde meados dos anos sessenta, representam na prática, uma tentativa concreta de viver a fé neste sentido. Este movimento reúne, segundo pesquisas atuais¹, cerca de 70.000 núcleos, aglutinando cerca de dois milhões de pessoas. Estes números demonstram a dinâmica e vivacidade destas comunidades.

Caracterizadas como importante movimento de formação de lideranças para a sociedade civil, as CebS no regime militar foram praticamente o único movimento social de contestação a atuar na legalidade. Com a redemocratização integraram o amplo leque dos movimentos populares, representando a encarnação de um novo modo de ser Igreja que fez a “opção preferencial pelos pobres”. Não se restringindo à animação da fé partiram para a organização dos mais pobres, incentivando a luta pelos seus direitos e organizando importantes movimentos reivindicatórios.

As CebS representam uma realidade incontestável na Igreja do Brasil. Sua multiplicação foi um fator de discussão e chamou a atenção de cientistas sociais, teólogos, sociólogos e historiadores, que compreendem a sua articulação dialética fé e vida, ou seja, o relacionamento dos cristãos com as bases populares, como um dos fenômenos eclesiais mais significativos desta época.

O lugar de nascimento das CebS

Nas décadas de 1970 e 80, as CebS se espalharam por todo o país, desafiando a ditadura

militar. Eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou povoado, se encontravam para refletir e transformar a realidade, “à luz da Palavra de Deus”, utilizando uma expressão comum nesse meio. Surgiu a partir daí, o nome Comunidade Eclesial de Base (Ceb). Começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, e ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. De acordo com Teixeira² “(...) nos anos 70 e início dos 80, falava-se muito no impacto da atuação das CebS no campo sócio-político, enquanto geradoras de uma nova consciência das camadas populares e fator de grande importância no processo de libertação dos pobres”. Essas pequenas comunidades cristãs, com número variável de participantes (entre 20 e 100 membros), eram consideradas um novo sujeito popular, capaz de reverter a situação de pobreza e apontando para uma nova sociedade mais justa e fraterna.

Especificamente no interior da Igreja Católica, as CebS queriam rever uma estrutura piramidal e autoritária que cerceava a participação popular e impunha decisões de cima para baixo. Incentivadas pelas decisões do Concílio Vaticano II (1962-1965)³ e pela Conferência de Medellín (1968)⁴, que apontaram para um deslocamento das bases sociais da Igreja, estas comunidades vislumbraram uma maior participação dos leigos e um processo mais participativo na tomada de decisões. Ao redor da imagem de que a Igreja é “povo de Deus”, como caracterizou o Concílio, e não mais sociedade hierárquica, as comunidades sentiram-se parte ativa na construção do “Reino de Deus”, segundo interpretação das CebS.

¹ Pedro de Oliveira, importante assessor das CebS, a partir de pesquisa realizado pelo CERIS e ISER/ASSESSORIA, aponta a existência de um número variável de 60.000 a 80.000 CebS no Brasil. Analisando os dados da pesquisa, excluindo as comunidades que não tem celebração dominical, reflexão bíblica ou conselho comunitário, o autor chega a um número próximo de 70.000 comunidades de base no Brasil. OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Um Perfil Sociológico da Diocese de Volta Redonda*, Pesquisa ISER - Diocese VR/BR, 1994.

² TEIXEIRA, Francisco Carlos. *A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984. História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 181.

³ O Concílio Vaticano II realizou-se em quatro sessões: 11 de outubro à 08 de dezembro de 1962, 21 de setembro à 04 de dezembro de 1963, 14 de setembro à 21 de novembro de 1964 e 14 de novembro à 08 de dezembro de 1965. VINCENT, Gerárd. *Os católicos: o Imaginário e o Pecado*. In *História da Vida Privada*. PROST, Antoine e VINCENT, Gerárd (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 5, p. 412.

⁴ Esta conferência dos bispos latino-americanos contou com a presença do Papa Paulo VI e antecedeu as conferências de Kampala para África e Manila para a Ásia.

A questão central naquele momento era a necessidade da Igreja se posicionar em relação aos problemas sociais. Segundo Casalis (apud GUIMARÃES)⁵: “(...) A questão não é saber se reconhecemos ou negamos a luta de classes, mas de que lado nos situamos e quais solidariedades ou cumplicidades escolhemos”. As Cebcs responderam plenamente a essas questões, colocando-se ao lado dos oprimidos e assumindo a evangélica “opção preferencial pelos pobres” defendida por Puebla. Nos dias atuais, devido à conjuntura político-econômica e eclesial, marcada principalmente pela ascensão das forças conservadoras no interior da Igreja, as Cebcs se encontram em refluxo, reelaborando sua própria presença na sociedade. Evidentemente que esses grupos, que sempre acreditaram e viveram uma igreja hierárquica, apegada às tradições e ao poder estabelecido, de todas as formas possíveis se opõem a esse processo de transformação e abertura proposto pelas Cebcs.

Este processo de controle da Cúria Romana sobre as Cebcs, fica explícito a partir dos anos oitenta, quando a Igreja retira seu apoio institucional às comunidades de base e aos setores progressistas agrupados em seu interior. Paiva denomina este movimento de “retração”⁶, no qual novos parâmetros são estabelecidos para a inserção católica no mundo, podendo-se radicalizações no posicionamento da Igreja.

Com o pontificado de João Paulo II (1978) então, haverá uma nítida tendência de afirmação dessa “retração”, com uma nova identidade católica na interação com a sociedade, caracterizada pela busca de um novo equilíbrio eclesial, pautado pela contenção das forças progressistas na Igreja, particularmente na América Latina. Dentro desta ótica a TdL (Teologia da Libertação), passou a ser duramente criticada, suas publicações censuradas, seus teólogos sofreram processos, notadamente Boff e Gutierrez, a ação sócio-política da Igreja na América Latina foi posta em questão pela Vaticano, bem como vários bispos progressistas foram advertidos pelas autoridades romanas.

Havia dentro deste projeto, como objetivo a ser atingido, aquilo que Teixeira apresenta como sendo, a “volta a grande disciplina”⁷, a intenção de setores da Igreja em retornar a uma Igreja pré-conciliar, distante dos engajamentos sociais e fechada sobre si mesmo e seus horizontes limitados.

Evidentemente as dificuldades encontradas pela Cebcs na década de noventa, não são resultado único do recuo da conjuntura eclesiástica internacional e nacional. Clodovis Boff⁸ destaca, com extrema perspicácia, que a crise nas Cebcs, origina-se nos universos, eclesial e social, que se comunicam permanentemente. A crise nas Cebcs é

uma crise exógena, provém da sociedade neoliberal.

Após este breve panorama sobre as Cebcs, vale destaca que para descortinar a gênese das Cebcs no Brasil, é necessário antes de tudo, situá-las num amplo contexto sócio-político e eclesial, que será abordado neste artigo a partir de uma breve análise estrutural e conjuntural das causas que geraram este fenômeno. É necessário englobar nesta análise, as vertentes básicas de gestação do fenômeno das Cebcs, que incluem o contexto sócio-político brasileiro e o contexto eclesial nacional e o internacional.

O Contexto Eclesial

Estabelecer com precisão o momento exato do surgimento da primeira Ceb no Brasil é uma tarefa difícil. Caramuru⁹ afirma que por volta de 1967, já existia uma dezena dessas comunidades espalhadas pelo país. Em linhas gerais, o contexto eclesial brasileiro e universal contribuiu para a eclosão do fenômeno das Cebcs. No caso brasileiro, vivia-se uma crise na instituição Igreja, expressa principalmente pela falta de padres, a chamada “crise da paróquia”¹⁰. Havia uma grande necessidade de renovação desta instituição, que acabou contribuindo para valorizar timidamente o leigo nos trabalhos pastorais. Entre tais iniciativas que ofereceram estas possibilidades, destacam-se alguns movimentos pioneiros que esboçavam um protagonismo dos leigos na questão religiosa.

Neste arco de iniciativas se inserem a experiência da “catequese popular” iniciada por D. Agnelo Rossi, na atual diocese de Volta Redonda-Barra do Pirai, o Movimento de Natal, a experiência pastoral de Nízia Floresta, ou ainda do Movimento de Educação de Base (MEB). Destaca-se ainda a influência das experiências no campo da Liturgia, Catequese, dos movimentos de Ação Católica, como também os trabalhos de renovação pastoral do MMM - Movimento para um Mundo Melhor, e dos Planos de Pastoral da CNBB, destacando-se o Plano de Emergência (1962-1965) e o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970). No contexto social, a rearticulação da pastoral popular após o golpe militar de 1964, também terá um papel definitivo nos contornos definitivos da experiência das Cebcs.

Estes movimentos contribuíram em diferentes níveis para o fenômeno das Cebcs. Enquanto que uns ajudaram a criar um espaço de renovação eclesial, outros, acentuadamente a Ação Católica, abriram o caminho para reflexão crítica da mensagem teológica e do compromisso político. Antes dessas experiências de cunho renovador, a Igreja no Brasil sempre teve uma história de alinhamento e subordinação ao poder dominante. Desde o período colonial o papel da Igreja na

⁵ GUIMARÃES, Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil: Uma Nova Maneira de Ser em Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1ª edição, 1987, p.70.

⁶ Esta autora destaca que este movimento é evidenciado pela eleição do novo pontífice e nas resoluções dos Sinodos dos Bispos neste período, que abandona as preocupações sociais, envolvendo-se mais especificamente com as questões eclesiais. Este movimento indica ainda o fortalecimento de uma nova corrente no interior da Igreja Católica, a “nova direita”, capaz de levar adiante o *aggiornamento* da Igreja, sem os riscos de uma radicalização, como aconteceu em alguns casos, particularmente os excessos da TdL e das Cebcs. PAIVA, Vanilda. “A Igreja Moderna no Brasil”. *Revista Religião e Sociedade*, número 13, ano 1, 1984. Pode-se destacar os sinais de tal movimento com a subida, por exemplo, do cardeal Trujillo no CELAM em 1972, representando uma vitória do episcopado conservador, dando-lhe orientações conservadoras com retóricas progressistas, iniciando neste período os primeiros ataques à TdL. VINCENT Gerald. Os católicos: o Imaginário e o Pecado. In *História da Vida Privada*. PROST, Antoine e VINCENT, Gerárd (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 5, p. 415.

⁷ TEIXEIRA, Faustino L. C. *Cebcs, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

⁸ BOFF, Clodovis. CEBCS: a que ponto estão e para onde vão. In BOFF, Clodovis et al. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 263.

⁹ CARAMURU, Raimundo. *Comunidade de Base: uma opção pastoral decisiva*. Petrópolis: Vozes, 1967.

¹⁰ A crítica à paróquia é uma constante nos primeiros textos que defendiam a idéia de implantação de comunidades de base nesta época inicial. *Comunidade de Base: uma opção pastoral decisiva*. Petrópolis: Vozes, 1967 e MARINS, José. *A Comunidade Eclesial da Base*. São Paulo: Salesianas, 1967.

sociedade constituía-se em ser, de acordo com o pensamento gramsciano, “(...) uma utopia que mantém as classes populares na ignorância e lhes retirar toda possibilidade de adquirir consciência política e ideológica”.¹¹

Beozzo¹² e Hoornaert¹³ destacam o papel da Igreja na colonização brasileira como etnocêntrico, prepotente e dominador. No Brasil Colônia e no Império essa postura concretizou-se com o Padroado Régio, que subordinava a Igreja à Coroa Portuguesa. Com o advento da República (1889), a separação Igreja-Estado marcará o fim do monopólio da fé católica. A Igreja tentará de todas as formas recuperar a sua presença na sociedade enfrentando no campo religioso batalhas contra os avanços do protestantismo, e no campo ideológico os desafios do laicismo, do liberalismo e do positivismo.¹⁴

Procurando expandir sua atuação e amparada pelo projeto nacionalista dos vitoriosos de 1930, a Igreja procurou alargar sua base social e recuperar o espaço perdido reforçando sua aliança com o Estado e as classes dominantes, abrindo-se, para uma estratégica atuação mais próxima das camadas médias e populares.¹⁵ O instrumento privilegiado dessa ação foi a criação da Ação Católica e dos Círculos Operários, concebidos para atuar junto ao crescente operariado no sentido de promover a conciliação de classes.¹⁶

A partir da década de 1950 essas mudanças ganham especial relevo com a transição do modelo italiano de Ação Católica, centralizado e hierarquizado, para o modelo belga-francês-canadense, mais descentralizado e democrático, com maior inserção no meio operário e social. Esta nova estrutura possibilitou sobretudo o surgimento das Juventudes Católicas dentro de suas específicas realidades: a JAC (Juventude Agrária Católica); a JEC (Juventude Estudantil Católica); a JOC (Juventude Operária Católica); a JIC (Juventude Independente Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica). Estes movimentos foram extremamente ativos. Assistia-se também a sua crescente inserção no espaço político disputando influências com as várias tendências. A partir do seu crescente engajamento social, tenderam a buscar maior autonomia em relação à hierarquia católica. Isto acabou se concretizando no afastamento de muitos militantes, principalmente após a criação da AP (Ação Popular)¹⁷, que provocou tensões internas no seu relacionamento com a hierarquia. Estes episódios, aliados ao agravamento da situação social do país, forçaram uma mudança de posicionamento de setores da hierarquia católica, levando-os a um maior compromisso social.¹⁸

Outro ponto importante será a organização da CNBB, uma das primeiras organizações episcopais do mundo, em 1952. Ao reunir a ala progressista da

Instituição, permitiu uma maior articulação dos bispos entre si e maior agilidade na tomada de decisões dentro da Igreja. Destacou-se sobretudo a atuação de seu secretário Hélder Câmara.¹⁹

As transformações na Igreja Romana e sua inter-relação com a conjuntura eclesial brasileira

O contexto eclesial brasileiro não fornece, porém todos os dados da complexa questão do nascimento das Cebis. É necessário alinhavá-lo com as mudanças que se delineavam na estrutura da Igreja Universal. A fundação do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) e principalmente a convocação do Vaticano II²⁰, e o seu convite a um *aggiornamento*²¹, abriram caminhos promissores para que então frações não hegemônicas, que lutavam por reformas internas na Igreja, ganhassem cada vez mais espaço dentro de sua milenar estrutura.²²

É importante destacar, que a Igreja é uma instituição excessivamente complexa para que se possa fazer com segurança, uma análise completa sobre o conjunto de transformações que se operaram em seu interior e que acabaram levando à eclosão das Cebis. Os sinais das transformações são encontrados nas significativas mudanças verificadas na estrutura da Igreja a partir da realização do Vaticano II. Para isto pesaram decisivamente os vários movimentos de renovação eclesial, iniciados no início do século XX e que acabaram sendo sancionados por este Concílio.

O elemento detonador das Cebis no Brasil foi exatamente a experiência do Vaticano II. Ele revelou seu potencial pastoral em sua abertura para o mundo e, ao mesmo tempo, sua densidade de reflexão, postulando a imagem da Igreja como sendo o “povo de Deus”, contribuindo ainda para criar um clima de autocrítica no interior da Igreja, haja vista que vários movimentos com tendências progressistas (bíblico, litúrgico, teológico, etc), ganharam mais espaço e legitimidade.

Segundo Paiva (1984) com o Concílio, a Igreja teve críticas ao sistema capitalista, apresentando a incompatibilidade entre acumulação capitalista e a ética da equidade. Pela primeira vez esta Instituição reconheceu aspectos positivos do socialismo, especialmente no que concerne à justiça social, ao mesmo tempo em que reiterou sua incompatibilidade política com o “socialismo real”.²³

Com João XXIII e em torno da *Mater Magistra* (1961) e da *Pacem in Terris* (1963), a Igreja buscou uma nova atuação. No nosso continente esse processo ganhou grande impulso com as releituras que as Conferências de *Medellin* (1968) e *Puebla* (1979) fizeram da realidade social. Nascia assim, o compromisso da Igreja com o mundo dos pobres. A maneira de realizar este compromisso descendeu-se o apoio às nascentes comunidades de

¹¹ PORTELLI, Hugues, *Gramsci e a Questão Religiosa*. Trad. Luiz João Galo. São Paulo: Paulinas, 1984.

¹² BEOZZO, Oscar. *História da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1989.

¹³ HOORNAERT, Eduardo. (org.) *História Liberatoris: 500 anos de História da América Latina*, trad. Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.

¹⁴ MONTENEGRO, José. *A Avaliação de Catholicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

¹⁵ SCHWATZMAN, Simon. *A política da Igreja e a Educação: o Sentido de um Pacto. Religião e Sociedade*, CER/ISER, n. 13, 1986.

¹⁶ BEOZZO, Oscar. *História da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1989.

¹⁷ Organização de esquerda fundada em 1962. Era formada por ex-militantes de grupos da Ação Católica (JOC e JUC), juntamente com um grupo protestante e outros grupos sem confissão religiosa, inclusive com formação marxista. Os militantes dessa organização se pronunciavam por uma ideologia própria, buscando apoio doutrinário em pensadores católicos. A AP optou pelo caminho da luta armada em 1965. Em 1967, aderiu aos princípios do maoísmo. No ano de 1971, transformou-se em partido e dois anos depois se incorporou ao PC do B.

¹⁸ BEOZZO, Oscar. *História da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1989.

¹⁹ D. Hélder Câmara foi um dos maiores expoentes dos setores progressistas da Igreja Católica no Brasil, destacando-se por sua postura contundente frente aos problemas sociais. No período em que atuou como bispo auxiliar no Rio de Janeiro, teve uma atuação destacada, fundando a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência. Ele ainda foi o idealizador e primeiro secretário geral da CNBB em 1952, ainda enquanto padre. D. Hélder neste período, habilmente impulsionou esta entidade a adotar posições políticas e teológicas progressistas. Na década de setenta, a CNBB se tornou o principal porta-voz institucional da Igreja no Brasil. D. Hélder foi transferido do Rio de Janeiro em 1963, quando se tornou arcebispo de Olinda e Recife. Vincent atribuiu a ele um papel importante na sensibilização dos bispos à miséria crescente do Terceiro Mundo, nas discussões do Vaticano II, preocupado sobretudo em acabar com a aliança entre a Igreja e as forças conservadoras. Cf. VINCENT Gerald. *Os católicos: o Imaginário e o Pecado*. In PROST, Antoine e VINCENT, Gérard (orgs.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁰ As análises sobre a convocação deste Concílio geram apaixonadas discussões entre os historiadores. Muitos deles como Skidmore, afirmam que o Papa João XXIII, na verdade não sabia muito bem qual o seu objetivo.

²¹ O *aggiornamento* representava um novo posicionamento da Igreja em relação às questões sociais, econômicas e políticas do mundo, principalmente na América Latina.

²² PAIVA, Vanilda. *Catholicismo, Educação e Ciência*. Coleção Seminários Especiais - Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1991.

²³ PAIVA, Vanilda. *A Igreja no Brasil. Religião e Sociedade*. número 11, 1984.

base, os bispos latino-americanos tiveram o mérito de tornar as nascentes comunidades de base um instrumento de ação da Igreja no continente. Sua grande afirmação é de que a Igreja deve organizar-se e viver em comunidades menores, mas cuja especificidade os bispos não determinaram. No caso brasileiro, a Igreja nacional vivia da dependência de movimentos europeus e sua ação pastoral orbitava em torno da paróquia, incapaz de responder às urgências da problemática brasileira.

Em consonância às determinações do Vaticano II e na busca de uma nova estrutura que dinamizasse a vida religiosa e uma pastoral mais versátil e adaptada à realidade nacional a CNBB elaborou o Plano de Emergência (1962-1965) e o Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970), nos quais se propôs a renovação da antiga pastoral paroquial: "Nossas paróquias atuais deveriam ser compostas de várias comunidades de base, dada sua extensão e densidade demográfica (...) será de grande importância empreender a renovação paroquial pela criação dessas comunidades de base (...) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas".²⁴ Este processo de renovação foi coroado de bastante êxito no Brasil. Ao mesmo tempo, as orientações do Vaticano II e Medellín sobre justiça social, democracia e direitos humanos, geraram muitos conflitos com o regime implantado em 1964, situados na incompatibilidade entre a lógica defendida pela Igreja e a colocação em prática pelo regime militar de uma lógica capitalista estrita. Esta incompatibilidade ficou clara quando da edição do AI-5 (1968), que opôs sistematicamente estas duas Instituições.

O crescente envolvimento da Igreja nas lutas sociais deste período, ligou-se à sua estratégia moderna de remontar sua área de influência, aproximando-se das camadas populares, como foi proposto no Vaticano II. No caso particular do Brasil, este alinhamento se intensificou graças às crescentes diferenças com o regime implantado, e suas ligações com grupos de oposição, articulando as forças da sociedade civil. Paiva²⁵ caracterizou este processo como o "aggiornamento precoce" da Igreja Brasileira.

As Cebs surgiram então como alternativas pastorais neste contexto, amparadas internamente por movimentos, que mesmo de maneira bastante limitada, procuravam valorizar os leigos, quando à priori, em 1966, a CNBB, na elaboração do Plano de Emergência, faz uma opção pelas comunidades de base, com o objetivo de tornar a Igreja mais viva, atuante e integrada à sociedade. Surgiram dessa forma, as primeiras iniciativas de formação concretas das comunidades de base no Brasil.

O contexto político

Em linhas gerais, no contexto político, verificou-se no país pós-1945, a implantação de um regime liberal burguês que se estendeu até 1964, com o

país passando por uma rápida modernização capitalista. Segundo Mendonça²⁶, delineou-se um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do pólo urbano-industrial enquanto eixo central da economia. Toda essa mudança teve acentuado incremento com acentuada presença e participação do capital internacional, principalmente no governo Juscelino Kubitschek. Sob o signo de seu projeto desenvolvimentista, expresso no Plano de Metas, o país ingressou em sua fase de economia industrial avançada, concretizando-se uma estrutura monopolista específica que articulou, de modo peculiar e com sucesso, o capital multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública.

Este processo mostrou seu lado cruel e sinais de cansaço no final dos anos JK apresentando consequências nefastas para a grande maioria da população, revelando-se desigual e excludente, agudizando as tensões sociais, com as classes trabalhadoras pressionando o governo a adotar políticas que revertessem o quadro social.²⁷

Todo esse processo moldou a democracia burguesa de modo que ela assumiu cada vez mais a feição do populismo.²⁸ Este processo político foi marcado, sobretudo, pela ascensão dos setores populares ao cenário político, resultando numa politização maior dos sindicatos urbanos e rurais e num crescimento da mobilização popular. Exerceram grande influência nesse período a pedagogia de Paulo Freire e as iniciativas sociais da Igreja. Também crescia a insatisfação intelectual e estudantil contra a situação social do país, porém, esta crescente mobilização foi barrada pelas forças conservadoras apoiadas pela política e financiamento norte americano, feito que se traduziu no golpe militar de 1964.²⁹

Sobre esse significativo avanço do movimento operário e popular no país, a Igreja se inseriu estimulando os grupos de base, tanto em áreas rurais, através dos Sindicatos e do MEB, como nos centros urbanos, pela Ação Católica e seus grupos especializados (ACO, JOC, JUC, etc.), algumas vezes aliadas e noutras vezes para fazer frente ao avanço de grupos esquerdistas.

O golpe dos militares, com apoio de grupos econômicos nacionais e internacionais, interrompeu a crescente organização da sociedade civil brasileira.³⁰ Os canais de articulação da sociedade civil foram violentamente desarticulados e silenciados, suas lideranças presas, perseguidas e obrigadas ao exílio. A Igreja gradativamente assumiu a cena política, contribuindo para reorganizar a dilacerada sociedade civil brasileira.

Num primeiro momento, após a instalação do golpe, analistas são unânimes em afirmar o acordo tácito entre militares e Igreja. Apesar das diferentes linhas de ação que se desenhavam no horizonte

²⁴ Plano de Emergência CNBB, apud LEORATO, Massimiliano. *Cebs: Gente que se faz Gente na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 24.

²⁵ PAIVA, Vanilda. *A Igreja no Brasil. Religião e Sociedade*. número 11, 1984.

²⁶ MENDONÇA Sônia Regina de. O modelo capitalista dependente. In. LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²⁷ MENDONÇA Sônia Regina de. O modelo capitalista dependente. In. LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²⁸ O conceito de populismo pode ser sintetizado a partir das seguintes características: liderança individualista e personalista; a diluição do conceito de classe social e de lutas de classe, substituído pelo conceito de povo e de massas populares, evitando, assim, as consequências políticas de aceitar a luta de classes. Um discurso demagógico dirigido à pequena burguesia. TEIXEIRA, Francisco Carlos. *A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984*. In LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²⁹ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 1995.

³⁰ DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

entre ambos, a hierarquia católica apoiou integralmente o golpe dos militares, temendo o avanço comunista no país. Porém à medida que a ditadura se tornou “mais dura”, a Igreja Católica, mantendo sua abertura interna, principalmente no governo Geisel, assumiu uma função de denunciar as agressões aos direitos humanos, na medida em que membros da própria instituição são também atingidos pela repressão. Igreja e Estado entram em conflito.³¹

A Igreja dessa forma assumiu papel de relevância na defesa dos direitos humanos e na luta pela redemocratização. É neste cenário que começaram a se organizar em pequenos grupos as comunidades de base. Nestes espaços aos poucos vai se recompondo a voz de setores da sociedade civil, favoreceram a afirmação da cidadania dos pobres e a presença da Igreja junto ao povo. A CNBB, discutindo essa questão sobre as Ceb's afirma:

(...) elas tornam visível o compromisso com os pobres. Sua própria existência e atuação é uma denúncia da iniquidade social que rouba aos pobres sua voz e sua vez. Se as Ceb's sofrem perseguição é por causa do Evangelho, e assim elas se constituem herdeiras da bem-aventurança.³²

Assim, na década de 1970, com o fechamento político do regime e o suporte institucional de setores da Igreja, as Ceb's consolidaram-se como a prática possível de oposição reunindo leigos e membros da Igreja num amplo trabalho comunitário, que acabou entrando em choque com a estrutura de poder então vigente, sobressaindo dessa forma, nesta época, seu caráter popular.

Em relação a este aspecto de sua identidade, ele é evidenciado pela sua vinculação ao movimento popular nos diversos níveis e graus de consciência. Este é um dos seus grandes desafios: buscar uma ativa presença nestes meios sem perder suas características eclesiais. Esta vinculação Ceb's-movimento popular, não ocorreu por acaso, mas de forma natural, haja vista que naquela conjuntura repressiva, a Igreja foi o canal cuja legitimidade não poderia ser questionada pelo Estado e por onde fluíram as queixas dos descontentes. Afirma Sidney³³ que crescentemente distanciada do poder constituído, restava à Igreja abrir outros espaços, sob pena de se reduzir a um inócuo figurante na cena política.

A Igreja, por meio das Ceb's com sua proposta de fazer interagir a fé dos cristãos com a realidade opressora que os cercava, construiu um novo espaço de contestação ao regime.que fez nascer novamente os movimentos que buscavam reconstruir sua identidade na sociedade: associações de moradores, sindicatos e até mesmo a política partidária. As Ceb's contribuíram desta forma para a sociedade brasileira.

Na medida então que se desenrolava esta situação, a Igreja perdeu a tolerância do regime.³⁴ Em contrapartida tornou-se um adversário incômodo, ganhando espaço junto aos setores de oposição. Todavia, não podemos esquecer que a Igreja também é poder, participando da estrutura dominante na sociedade. Naquela conjuntura específica da ditadura, floresceram movimentos contestatórios em seu interior como as Ceb's. Este momento foi marcado pelo engajamento das Ceb's na transformação da sociedade, aliados a outras forças da sociedade civil. Houve uma aproximação e adesão importantes com a CUT e o PT, gerando, no entanto, em muitos casos, atritos internos.³⁵

O caminho trilhado por estas comunidades ao longo da década de 1970, marcado pela grande autonomia em relação ao Estado, o seu crescente engajamento social e partidário, bem como a possibilidade de conferir, a partir do próprio cotidiano, aspectos de crítica social contundente, parecem, porém, ter extrapolado os limites propostos pela própria Igreja. Além de que, na nova conjuntura dos nos oitenta, marcada pela crescente abertura política e reorganização da sociedade civil, com o ressurgimento de sindicatos independentes, partidos políticos e associações diversas, pareceu difícil às Ceb's manterem mesma dinâmica. A Igreja deixou de ser o único espaço visível de presença crítica e aglutinador das oposições. Foi o momento das Ceb's se abrirem para a sociedade. Frei Betto elucidou esta questão, afirmando:

A Igreja não pretende substituir os partidos políticos, os sindicatos, as associações de moradores, os mecanismos próprios de luta política, embora possa, supletivamente, preencher o vazio deixado pela quebra desses mecanismos. Saiba-se, porém, que esta é uma função transitória e provisória que a Igreja enquanto tal pode desempenhar precariamente.³⁶

Paralelamente, em sua estrutura interna, este foi o momento em que a Igreja retirou seu apoio institucional às comunidades de base e aos setores progressistas agrupados em seu interior. Paiva³⁷ denomina este movimento de “retração”³⁸, no qual novos parâmetros foram estabelecidos para a inserção católica no mundo. Ao mesmo tempo em que se vivenciou este *aggiornamento*, se podaram as radicalizações no posicionamento da Igreja.

Esta alteração na conjuntura eclesial internacional repercutiu intensamente no Brasil. No pontificado de João Paulo II houve uma nítida tendência de afirmação dessa “retração”, com uma nova identidade católica na relação com a sociedade, caracterizada pela busca de um novo equilíbrio eclesial, pautado pela contenção das forças progressistas na Igreja. Dentro desta nova

³¹ SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*, trad. Raul Fiker, São Paulo: Paz e Terra, 1998 e PRANDINI, Fernando; PETRUC-CI, Victor; DALE, Romeu (orgs). *As Relações Igreja-Estado no Brasil*, São Paulo: Loyola, vol. 2 a 6.

³² CNBB, Documento 15.

³³ SIDNEY, Jairo. *Igreja e Mobilização Popular. Dossiê CPV-1985, Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular*. São Paulo: CPV, 1999.

³⁴ SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*, trad. Raul Fiker, São Paulo: Paz e Terra, 1998.

³⁵ Este problema foi abordado por Teixeira, que destacou casos de práticas dogmáticas de instrumentalização do espaço eclesial, fechamento ao pluralismo interno, falta de acolhida da comunidade aos militantes que optaram pela atuação político-partidária. TEIXEIRA, Luís Faustino Couto. *Ceb's, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

³⁶ FREI BETTO, Fermento de Boa Marca, In *Revista Sem Fronteiras*, N° 252 – 1997, p. 14.

³⁷ PAIVA, Vanilda. *A Igreja no Brasil. Religião e Sociedade*. Campus, Rio de Janeiro, número 11, 1984.

³⁸ Esta autora destaca que este movimento é evidenciado pela eleição do novo pontífice e nas resoluções dos Sinodos dos Bispos neste período, que abandona as preocupações sociais, envolvendo-se mais especificamente com as questões eclesiais. Este movimento indica ainda o fortalecimento de uma nova corrente no interior da Igreja Católica, a “nova direita”, capaz de levar adiante o “aggiornamento” da Igreja, sem os riscos de uma radicalização, como aconteceu em alguns casos, particularmente os excessos da TdL e das Ceb's. (PAIVA, 1984). Pode-se destacar os sinais de tal movimento com a subida, por exemplo, do cardeal Trujillo no CELAM em 1972, representando uma vitória do episcopado conservador, dando-lhe orientações conservadoras com retoques progressistas, iniciando neste período os primeiros ataques à TdL. (VINCENT, 1998, v. 5, p. 415).

ótica, a TdL (Teologia da Libertação), passou a ser duramente criticada, suas publicações foram censuradas, seus teólogos sofreram processos, bispos progressistas foram advertidos e sua ação política foi questionada pela Cúria Romana. Havia dentro deste projeto como objetivo a ser atingido, aquilo que Teixeira³⁹ apresentou como sendo a “volta a grande disciplina”, a intenção de setores da Igreja em retornar a uma Igreja pré-conciliar, distante dos engajamentos sociais e fechada sobre si mesmo e seus horizontes limitados. Naturalmente as Cebcs, que já não dispunham de simpatias por parte do episcopado conservador, se tornaram alvo de críticas.

As dificuldades encontradas pela Cebcs na década de 1990, não são resultado único do recuo da conjuntura eclesial internacional e nacional. Boff⁴⁰ destacou, com extrema perspicácia, que a crise nas Cebcs, originou-se no universo eclesial e social, que se comunicam permanentemente. Ela é uma crise exógena, provém da sociedade capitalista. A vitória neoliberal abortou os sonhos e utopias de boa parte dos militantes, bem como a conjuntura de refluxo impôs limites ao processo de avanços dessas comunidades.

Os novos paradigmas da era do mercado e da globalização se aliaram a outras dificuldades e desafios⁴¹ que merecem ser melhor avaliados numa outra oportunidade. De todas as formas, fica evidente que as Cebcs não perderam seu sentido histórico. Elas marcaram de maneira única a trajetória da Igreja e certamente nos reservam ainda muitas surpresas. Enquanto houver o capitalismo e sua fábrica de exclusões, os oprimidos da sociedade ainda se organizarão. Dessa forma, sofrendo refluxos e contratempos diversos, estas comunidades eclesiais de base, apoiadas ainda por setores expressivos do clero, continuam sua caminhada atenta aos novos tempos e atentas à problemática da sociedade contemporânea.

Conclusão

Nas últimas décadas, as Cebcs alteraram profundamente a atuação da Igreja Católica no Brasil. Inspiradas na opção preferencial pelos pobres, elas se comprometeram na luta pela transformação social, engajando-se em movimentos sociais e sindicais, bem como na política partidária. Particularmente hoje, grupos conservadores e tradicionalistas, que defendem uma interiorização da fé sem uma expressiva atuação no campo social, ganham espaço na estrutura da Igreja, impulsionados pelas mudanças acontecidas no final dos anos 70, com a ascensão de João Paulo II ao papado.⁴² Com todos os avanços e recuos característicos de todo processo histórico, as Cebcs prosseguem sua trajetória.

Depois de anos de intensa mobilização, a década de 1990, época de incertezas e da força devassadora da globalização e do neoliberalismo, fez essas comunidades repensarem sua caminhada, descortinando-se um cenário de “(...) diminuição das certezas e aumento das indagações”, como define Teixeira⁴³, sem, contudo, abandonar o caminho trilhado. Em meio a uma aparente escuridão, as Cebcs continuam a lutar e acreditar na “nova sociedade”, mesmo que ela não seja tão clara quanto antes, é certo que os sonhos de utopia não se concretizaram e nem se concretizarão na sociedade que idolatra o Deus-Mercado, excluindo e negando a seu povo o bem estar social e dignidade de ser verdadeiramente homem e mulher. É possível construir uma sociedade livre e justa, democrática, participativa e igualitária. Esta é a certeza que nutre sonhos e está presente nos esforços e lutas dos milhares de participantes das Cebcs, que ainda hoje, teimosamente, insistem em continuar.

³⁹ TEIXEIRA, Luís Faustino Couto. *Cebcs, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

⁴⁰ BOFF, Clodovis. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

⁴¹ Sobre esta problemática, diversos autores discutem as possíveis causas e estrangulamentos das Cebcs. Teixeira aponta o desafio da religiosidade popular e da inculturação, o impulso missionário no mundo dos pobres e a pequena inserção dessas comunidades nas classes baixas, haja visto que congregam apenas cerca de 15% da população católica e o desafio da espiritualidade. Alguns autores apresentam os desafios da “pastoral de elite” desenvolvida pelos militantes das Cebcs, que normalmente é desvinculada da “pastoral de massa”, que atinge os setores da base popular, a “questão política” em confronto com a “espiritualidade”, na qual os militantes das Cebcs, correm o risco de reduzir a fé à uma teoria política, e o pluralismo interno na medida que os militantes fazem diferentes opções de atuação. Boff destaca desafios em relação aos compromissos sociais, espiritualidade, catolicismo popular, sacramentos e novos Movimentos (RCC, foculares) na Igreja. Cf. TEIXEIRA, Luís Faustino Couto. *Cebcs, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993. BOFF, Clodovis. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

⁴² PAIVA, Vanilda. *Catolicismo, Educação e Ciência*. Coleção Seminários Especiais- Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1991.

⁴³ *Cebcs, Cidadania e Modernidade*